

Sobre a fala da divulgação científica: uma breve análise de discurso de três textos sobre divulgação no Brasil

Meghie de Sousa Rodrigues⁷⁷

1. Notas iniciais - Discurso e análise do discurso; ideia geral do texto

Analisar o discurso não se resume apenas a escrutinar um texto em sua materialidade e concretude, apenas aquilo que mostra. É pensar, além de nos múltiplos sentidos do que diz, também nos sentidos do meio-dito, entredito, daquilo que não é dito, do que é deliberadamente silenciado. O dizer e o não dizer fazem parte de um discurso e isto foge em muito do alcance do que materializa um texto escrito ou falado: não se pode resumir ou reduzir um discurso a um texto.

Mas o que dizer dos discursos, que, a exemplo do jornalístico, pretendem se referir neutros, como avalia Benveniste (2012), por ter como marca distintiva a aproximação da narrativa do referente, o “ele”, a não-pessoa, que está “fora da relação de subjetividade”?

Este breve ensaio se propõe a expor algumas ideias tendo por objeto o discurso da divulgação científica (DC) e fazer um exercício de análise de alguns manuais de DC para se perceber que tipo de ideário – e modelos de comunicação pública da ciência – os autores sugerem através das prescrições que fazem em seus textos. Que ideia eles fazem dos papéis do jornalista, do cientista e do público ao fazer suas recomendações?

2. Sobre o discurso dos manuais e da DC

Um manual de imprensa pretende, antes de mais nada, servir de guia e parâmetro para a prática dos jornalistas e também servir de material de consulta para quem quiser saber como funciona um texto jornalístico por dentro, que referências usam – ou mesmo servir como um breve guia de cultura geral. Assim, a edição de 2010 do manual da Folha de São Paulo introduz ao leitor alguns de seus objetivos:

A elaboração deste livro obedeceu alguns princípios básicos. A exemplo das versões anteriores, ele procura condensar a concepção de jornal e tornar disponível para o público leitor uma pauta de

⁷⁷ Mestranda em Divulgação Científica e Cultural pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (Labjor/UNICAMP).

compromissos, dando-lhe a possibilidade de fiscalizar sua execução. (...) Esta edição procurou também atender ao interesse de leitores que utilizam o manual como fonte de consulta. Assim, ela traz uma série de anexos (gramatical, jurídico, médico e outros) cujo objetivo é oferecer ao público uma obra de referência – concisa, porém abrangente – e ao mesmo tempo dar subsídios à atividade jornalística, sem ter, evidentemente, a pretensão de substituir a consulta a especialistas (p.7).

Além disso, a escrita jornalística distingue a norma gramatical e a norma de texto: uma se preocupa com a correção, a outra, com a adequação. As normas de estilo e gramatical, somadas à norma ética, formam o tripé em que se equilibra o texto jornalístico que dá lugar ao discurso da comunicação. Outra característica interessante que a autora aponta sobre este tipo de texto é a existência de “proibições” de ordem gramatical e as “recomendações” de ordem estilística – embora também possa haver proibições de ordem estilística. Os traços de produção de texto recomendados aos jornalistas são o que dá lugar para a estrutura “palpável” onde a prática discursiva vai ser construída. Para Silva (2001), é este discurso normativo “que sustenta as práticas da leitura e da escrita, com o qual o discurso jornalístico vai se relacionar” (p.60).

Há quem considere a DC como uma tradução (v. Authier-Revuz, 1998) da linguagem científica para a linguagem jornalística: seria o fato de adequar os termos e a prática dos cientistas nas prescrições que os manuais de jornalismo sugerem. Assim, de acordo com Authier-Revuz (1998), tem-se um discurso-fonte, primeiro (D1), que dá origem a um discurso segundo, D2. Esta ideia encontra-se bastante presente nos manuais de jornalismo científico, principalmente sob o termo “tradução” e “simplificação” para que D1 possa ser transposto em um palatável D2, e, mesmo perdendo em detalhamento, não deveria perder em veracidade e acuidade.

Orlandi (2001) sugere que o discurso de divulgação não é apenas a soma dos discursos científico e jornalístico, que se confluem em um imbricado jogo de interpretação. É “uma articulação específica com efeitos particulares, que se produzem pela injunção a seu modo de circulação” (p.22).

No entanto, ela admite que existe, neste processo, um efeito de estigmatização do discurso científico quando se “rebaixa” ao discurso da divulgação (pelo menos quando se trata do assunto em termos de “tradução”, pelo que parece) – que é “paradoxalmente

acompanhado de uma super-valorização da ciência formal e oficial distante de seus outros modos informais de circulação” (p.23).

Este debate sobre produção de sentidos através de tradução ou não-tradução traz à tona algumas semelhanças que, no entanto, podem ser inferidas a partir da fala de Authier-Revuz e Orlandi: ambas consideram o funcionamento da DC através de sobreposição e justaposição. No entanto, a primeira autora parece acreditar em justaposição de termos enquanto a segunda acredita em justaposição de discursos. Para Authier-Revuz, este trabalho se dá tal como acontece em um dicionário bilíngüe (através do uso de apostos, explicações, parênteses e travessões). A justaposição de discursos para Orlandi acontece porque a escrita da DC não necessariamente faz um discurso “de” algo, mas “sobre” algo. Para ela, a credibilidade do discurso da DC vem da encenação, parte da cenografia, que tapa buracos nos discursos de transferência entre discurso científico e jornalístico (no sentido de criação de novos sentidos, não no sentido de transmissão, transporte ou tradução).

3. Uma breve análise

Para dialogar com algumas das perguntas propostas nas notas iniciais, decidiu-se fazer uma análise comparativa de que ideias, a partir do discurso que colocam, três textos que se apresentam como manuais de divulgação científica (ou dão algumas diretrizes e se assemelham à função de manual prático, como no caso do texto de Mário Erbolato) colocam para o seu público leitor.

Os textos analisados são:

- “Pequeno Manual de Divulgação Científica”, de Cássio Leite Vieira;
- “Guia de Divulgação Científica”, escrito por vários autores e organizado por David Dickinson, Barbara Keating e Luisa Massarani
- e o capítulo sobre “Jornalismo Científico”, do livro “Jornalismo Especializado”, de Mário Erbolato.

Os aspectos a ser comparados/observados/analísados (não apenas micro-discursivamente, mas também com relação ao contexto geral do texto, ou textos, em questão) são:

- a. linguagem que recomendam (que tipo de artifícios, imperativos, recomendações se utilizam para prescrever o que os autores consideram como boa prática da DC?);
- b. o papel e os objetivos da DC (qual é a função da DC na sociedade e por que é importante? Para que serve?);
- c. a imagem do cientista e do divulgador (sua relação com o público, sociedade e ciência. Estas posições do discurso se confluem em algum texto?);
- d. a imagem do público e da sociedade (que ideia os autores fazem do que vem a ser o público ou os públicos? É uma massa amorfa e homogênea, um conjunto heterogêneo de agentes ou alguma outra coisa?) e
- e. a imagem da ciência (que imagem fazem da ciência e da prática dos cientistas? Será que é neutra? Politizada? Traz apenas benefícios?).

Assim, pretende-se perceber onde estão as confluências, divergências e, também, assinalar e inferir algumas mudanças e permanências que ocorreram nos conceitos, tomando por pano de fundo o universo temporal (o texto de Erbolato tem cerca de trinta anos, enquanto os outros foram editados já nos anos 2000) dos textos.

a) Linguagem recomendada

No Guia de Divulgação Científica, Cássio Leite Vieira, em seu texto “Pequeno Manual de Divulgação Científica – Um resumo”, (do *Guia de Divulgação Científica* da SciDev.Net) faz recomendações ao divulgador em duas instâncias: linguagem e forma. A primeira coisa que diz sobre o emprego da linguagem é “atenção para as diferenças de linguagem”, o que lembra um pouco a noção de tradução de Authier-Revuz: existe uma diferença entre a “língua” do leitor e a do cientista e a DC precisa estar no meio do caminho entre uma e outra.

No texto-base que utiliza para fazer o resumo, o “Pequeno Manual de Divulgação Científica”, Vieira retoma a discussão dos pontos anteriores de uma forma mais extensa, citando os mesmos tópicos e citando mais alguns. Não foge muito dos imperativos (“evite escrever em primeira pessoa”, “evite fórmulas matemáticas”), mas conceitualiza os pontos que coloca em evidência – já que o manual é direcionado a cientistas e não a jornalistas, que conhecem o jargão de sua área – mas, talvez uma das recomendações mais interessantes que

faz (interessante também porque não aparece nos outros textos analisados) não está na seção da “linguagem” e sim da “forma”, no último tópico:

O outro lado – sempre que possível, inclua um ponto de vista de outras linhas de pensamento. A ausência delas pode dar a ideia ao leitor de que seu artigo é a palavra final sobre o assunto (p.38).

Ao referir-se a este aspecto, Vieira lança um pouco de luz sobre um assunto que é, por vezes, ignorado na DC e, no entanto, é um preceito básico do jornalismo: a controvérsia.

Para Erbolato (1981), “a divulgação científica não deve fugir às normas gerais da redação e necessita apresentar clareza, eliminando sempre que possível a aridez do assunto, coma inclusão de um toque de humor e graça” (p.43). Esta eliminação da aridez de que ele fala poderia, por exemplo, se distanciar da noção de “transferência” de Orlandi e se aproximar da ideia de “tradução” de Authier-Revuz: não parece haver alguma indicação de que o texto de DC deve ser uma interpretação que forma novos sentidos – portanto, um outro discurso.

Não fogem muito desta visão os autores do *Guia de Divulgação Científica* da SciDev.Net. No entanto, estão atentos para necessidades diferentes dos diversos atores na DC: a linguagem para um cientista que pretende ingressar na prática da DC é de uma forma – mais aproximada das ‘dicas’ dadas por Vieira – (por exemplo, em Joubert⁷⁸), que se difere da redação de um press-release que um cientista precisa escrever sem o auxílio do jornalista, como em Martineau⁷⁹: pode-se perceber que o texto é direcionado ao cientista por causa do uso da segunda pessoa e da exclusão do jornalista do lugar desta segunda pessoa. Martineau abre o texto dizendo que “um press-release é um resumo curto de uma notícia, que você pode usar para propor a jornalistas que escrevam uma reportagem sobre o tema” (p.22). A priori, jornalistas profissionais sabem o que é um press-release e não precisariam de uma definição (primeira marca de interlocução), e, se “você propõe a jornalistas que escrevam sobre o tema”, subentende-se que você não é jornalista, mas está escrevendo o release para um (segunda marca de interlocução).

Ainda no *Guia*, o tom prescritivo do texto muda um pouco, por exemplo, quando se dirige a jornalistas. P. Wrobel⁸⁰, por exemplo, dá dicas para edição de textos de ciência, mas sem se utilizar de imperativos e frases curtas para isso: antes, explica a importância de que

⁷⁸ “Como me torno um ‘especialista’ em mídia?” (p. 18-21)

⁷⁹ “Como escrevo um press-release?” (p. 22-23)

⁸⁰ “Como faço para editar um artigo de ciência?” (p. 24-26)

haja um editor para trabalhar nestes textos, de sua relação com o jornalista e com o leitor. Depois, com os tópicos “Mantendo a atenção do leitor”, “Compreensão”, “Legibilidade”, “Precisão” e “Uma última palavra”, discorre sobre o que faz um editor nestes casos e, sempre que necessário, se dirige diretamente ao leitor com alguma prescrição.

b) Sobre o papel e os objetivos da DC

Para Erbolato (1981), a divulgação científica através do jornalismo serve, principalmente, para educar e para expandir o conhecimento das pessoas e, principalmente, tornar termos técnicos familiares. Tem, também, o objetivo de prestação de serviço e utilidade pública – principalmente se o assunto em questão é a saúde. Citando o *Manual de Periodismo Educativo y Científico* do Centro Interamericano de Produção de Material Educativo e Científico para a Imprensa (CIMPEC), editado em 1974, Erbolato ainda lembra que, de acordo com o órgão, a DC se destina “à promoção da investigação, a formação de recursos humanos, a defesa do ambiente, a proteção da saúde e o aproveitamento cabal dos recursos naturais” (p.45).

Mais que informar “o grande público”, a divulgação científica também é relevante para informar governantes e formuladores de políticas porque, como lembra C. Nath⁸¹ (no Guia de *Divulgação Científica* da SciDev.Net), “frequentemente eles precisam tomar decisões políticas vitais em questões de ciência e tecnologia que têm amplas implicações para a sociedade” (p.27). Não é de ciência “e” sociedade que se fala aqui, mas sim de ciência “na” sociedade – e é mais fácil perceber estas interconexões quando se destaca as relações entre prática científica e políticas públicas e implicações políticas da ciência que é praticada. O *Guia*, que em geral apresenta a DC como instrumento de conhecimento e cidadania (em sua concepção clássica) também traz esta nuance política que não pode ser desconsiderada (mas que autores como Erbolato, considerando apenas a visão clássica, não mencionam).

A primeira função que Cássio Vieira ressalta em seu Manual é o fomento da democracia e para a formação crítica dos cidadãos. Usa as palavras do Nobel em Química de 1981, o polonês Roald Hoffmann:

Acho que os cientistas têm a responsabilidade de ensinar ciência para as pessoas. A razão principal para fazer isso não é atrair mais pessoas para

⁸¹ “Como escrevo relatos sintéticos sobre questões relacionadas à ciência para formuladores de políticas?” (p. 27-29)

a química, por exemplo, mas informar o público geral. Quando as pessoas adquirem algum conhecimento científico, podem compreender melhor as decisões, o que é fundamental numa sociedade democrática. Caso contrário, poderão se tornar vítimas de demagogos e especialistas (p.8).

Com esta passagem é possível observar alguns aspectos: Vieira, ao citar literalmente as palavras de Hoffmann, reforça o efeito de verdade da passagem, já que “a ideia não é dele, mas de um Nobel em Química”, reforçando o lugar de prestígio do cientista. Também, ao citar as palavras dele literalmente, Vieira mostra que concorda com tudo o que foi dito – inclusive com a ideia de que “os cientistas têm a *responsabilidade* de ensinar ciência às pessoas” (grifo meu). O uso de “responsabilidade” denota que os cientistas possuem algo que o público não tem e precisa ter: o conhecimento. Quem se responsabiliza por outrem é superior a quem é protegido porque, afinal, tem os meios de cuidar da pessoa por quem se responsabiliza. É a perpetuação do modelo de déficit informacional (v. Buchi, 2008), em que as lacunas dos leitores precisam ser preenchidas com conhecimentos importantes que eles não produzem, mas de que precisam preencher para exercer sua cidadania e viver numa sociedade democrática – e claro, se interessar pela ciência.

c) Imagem do cientista x imagem do divulgador

O divulgador e o cientista, vistos constantemente de lugares diferentes, às vezes podem ser ocupar uma única função-autor (como aponta o manual de Cássio Vieira), mas seus papéis implicam em práticas, virtudes, vícios e objetivos que divergem entre si – o que não impede que existam algumas convergências.

Erbolato mostra que o *Manual* do CIMPEC aponta algumas diferenças entre “virtudes e defeitos” (p.45) que caracterizam o cientista e o jornalista, mas de forma bastante antagônica: as características de um se “opõem” às do outro e vice-versa. Mesmo a disposição em que estas características estão (em duas colunas de onze tópicos cada uma) mostram essa dualidade maniqueísta. Por exemplo: enquanto o cientista é um redator ocasional, o jornalista é um redator permanente (item 1); ou, o jornalista “é descritivo e ameno”, ao passo que o cientista “é exato e rigoroso” (item 8). O cientista “especializa-se em uma ciência e às vezes apenas em uma parte dela e tem escassos conhecimentos de comunicação”, enquanto o jornalista “não é especializado em ciências mas domina as técnicas de comunicação” (item 5).

As virtudes de um cientista são “o rigor e a profundidade”, enquanto as do jornalista são “a rapidez e a verdade” (item 10). E por aí vai, sempre nesta lógica de oposições.

Duas afirmações cabais de Erbolato que resumem bem a visão que tem dos papéis de um e de outro:

- “O jornalista é o intermediário que retira os fatos do mundo da ciência e os leva até o cidadão do povo”;
- “O investigador científico é um homem que trabalha pela humanidade, com lógica, perseverança e dedicação, e como tal deve ser apresentado pelos leitores”. (p. 49)

Na primeira afirmação, o jornalista é visto como o Prometeu que traz o fogo dos deuses aos mortais, numa ideia clara da ultrapassada transmissão de uma mensagem entre emissor e receptor: o papel do jornalista seria, então, cuidar para que os elementos desta mensagem não se percam. Já a segunda afirmação também faz parte do receituário clássico, sexista, que encobre processos, dúvidas e controvérsias políticas, legitimando completamente o poder do cientista sobre o processo de comunicação, do qual seria o sujeito da ação para quem o jornalista “trabalha” com o fim de atingir um determinado público.

É fácil criticar esta visão estanque e bem delimitada (levando-se em consideração que o livro é de 1981) porque sabe-se que a realidade passa ao largo de divisões tão agudas entre papéis: nem todo cientista está entrincheirado em seu laboratório portando um jaleco e evitando as câmeras: como o próprio Cássio Vieira lembra, é importante que especialistas em ciência saibam também ser comunicadores, já que a comunicação tem um impacto direto sobre a recepção do seu trabalho não apenas junto ao público, mas também face a colegas de outras áreas e perante governantes e órgãos de fomento. Nem o jornalista de ciência é um especialista em generalidades: pode se especializar em alguma área da cobertura científica ou mesmo e alguma área específica do conhecimento.

No *Guia de Divulgação* da SciDev.Net, as imagens do divulgador e do cientista são mostradas em textos diferentes, escritos por autores variados e tratando de diversos assuntos. Um bom exemplo é “Como me torno um jornalista de ciência?”, de K. S. Jayaraman. Ele fala de dicas de preparação e formação para jornalistas que querem cobrir ciência, mas não foge da perspectiva clássica do papel do divulgador como mediador quando considera que “existe, portanto, uma necessidade considerável de indivíduos que possam atuar como mediadores entre cientistas e o público em geral” e que “esta necessidade basicamente define o papel do repórter de ciência” (p.15).

Já o cientista é, não raro, representado no Guia como alguém que precisa se comunicar através da mídia e não tem o preparo ou as ferramentas para fazê-lo, e portanto, precisa se equipar (v. M. Joubert⁸², N. Martineau⁸³). No entanto, ao fazê-lo, pode ser tão apto para divulgar a ciência quanto um jornalista especializado. Nas palavras de L. Fog⁸⁴, “estamos convencidos de que você não precisa ser um jornalista para divulgar ciência de forma eficiente. Um cientista também pode se tornar um grande comunicador, se treinar para isso” (p.39). Assim ele sai do papel de fonte do conhecimento, habitante do “Olimpo do Saber” e se torna parte ativa no processo comunicacional. O jornalista, para Vieira, também é visto como um especialista, mas de uma natureza diferente da do cientista. Está fazendo o seu trabalho e merece respeito por isso. Ele ainda é o elo entre cientista e leitor, mas não é visto como figura diminuída pelo fato de não dominar o conhecimento especializado.

d) Imagem do público e da sociedade

Para Erbolato, a ideia de público está diluída nos comentários sobre os papéis da ciência, da DC, do cientista e do divulgador, e a imagem que passa é a de que o público é uma entidade amorfa, não-detentora do conhecimento, trabalhando com a ideia de “público em geral” e “interesse geral”. Vieira, por outro lado, também sustenta a ideia de que existe um público-alvo, mas, ao invés de ser uma massa amorfa, é heterogêneo e por isso pode ser considerado como vários públicos (que é preciso ter em mente sempre que se escreve).

Joubert (“Como me torno um ‘especialista’ em mídia?” - *Guia de Divulgação Científica* da SciDev.Net) não considera que existe “o” ou “um” público, mas vários deles. Um dos argumentos que usa para incentivar a prática da divulgação por parte dos cientistas é a de que eles não estão se comunicando *com* a mídia, mas *por* ela para “vários tipos de públicos” (p.18), que não são apenas receptores da informação que lhes será útil: devem ser bem informados, sim, mas também devem “ter o direito de se manifestar sobre a ciência e ser capacitados a fazer escolhas pessoais racionais sobre questões científicas” (idem) – daí a importância de se divulgar a ciência e uma de suas principais funções.

Vieira lembra que “é bom ter em mente para quem se está escrevendo” (p.22) e que “a linguagem deve ser diferenciada para cada público, pois as capacidades de entendimento são

⁸² “Como me torno um ‘especialista’ em mídia?” (p. 18-21)

⁸³ “Como escrevo um press-release?” (p. 22-23)

⁸⁴ “Pequena, mas perfeitamente formada: o dinamismo da divulgação científica na Colômbia” (p. 39-41)

distintas” (idem). Ou seja, considera a heterogeneidade de públicos, mas chama a atenção para que o jornalista “trabalhe sempre com a hipótese de um leitor padrão”, que está na média entre o especialista e o completamente leigo.

e) Imagem da ciência

A ciência, para Erbolato, é recortada sob o ponto de vista triunfalista de quem nela só vê os benefícios – está sempre a serviço do avanço da sociedade e por isso compete ao jornalista “valorizar a importância das descobertas, mostrar que a ciência está a serviço da coletividade”, além de “combater a indiferença” (p.46) do público leitor face à ciência. Quando diz que “o jornalista deve ter o cuidado de lembrar-se que ideias novas em ciência não são imediatamente aceitas, reinando de início muito ceticismo, que é a barreira a ser vencida” (p.47, grifo meu), deixa claro o jogo de poder entre “ciência e não-saber” – que deve ser vencido no campo da divulgação, legitimando o lugar do jornalista de um discurso em que ele se torna peça importante.

Vieira toma por premissa a perspectiva clássica de que a ciência é, a priori, um bem comum cujo acesso é essencial na construção de uma visão crítica do mundo e sente necessidade de contrapor a ela a “onda de misticismo que assola o planeta sem precedentes” (p.9), numa clara oposição positivista entre a “luz que emana da ciência” e o “obscurantismo das crenças infundadas ou pseudo-científicas”. Também nesta visão da ciência como bem comum (justificando, portanto, a necessidade de que ela seja divulgada), está, mais uma vez, Marina Joubert (*Guia SciDev.Net*): ela chama a atenção de cientistas para que sejam também comunicadores de suas pesquisas porque

a ciência enriquece a vida humana e pode melhorar as vidas de muitas pessoas. Os impostos públicos pagam a maioria dos projetos científicos e, portanto, as pessoas têm o direito de saber. Comunicar sobre ciência tornou-se parte da responsabilidade ética e profissional dos cientistas. (p. 18)

Com esta afirmação, é possível perceber que a ciência é tida como algo positivo a priori, já que “pode melhorar as vidas de muitas pessoas”, ou o público, que está no lugar de quem não sabe e precisa saber: não apenas porque a ciência pode melhorar suas vidas e é uma

prática nobre, como defende Erbolato, mas pela necessidade de prestação de contas, já que é este público que financia a ciência que é feita.

4. Conclusões

Pensar na função que os manuais de divulgação científica têm em relação ao discurso e à prática da DC é algo bastante relevante porque torna possível refletir sobre que ideias representam sobre o universo da ciência, da comunicação, da sociedade e dos agentes. A partir da reflexão de Orlandi e Authier-Revuz foi possível ter algumas noções sobre a forma como o discurso em DC é pensado, e através da análise dos manuais foi possível perceber que ideias sobre este discurso – que não é homogêneo – têm. Também foi possível perceber que imagem do público, do cientista e do jornalista têm em mente, e mais do que isto, foi possível perceber que houve mudanças na forma como cada um destes papéis era pensado, mas também houve algumas permanências. A visão datada de Erbolato, que representa a concepção clássica de todos os aspectos trabalhados, defende claramente um lugar de poder para a ciência e para os cientistas – não apenas no discurso, mas na sociedade. Eles são “os homens de ciência que trabalham incansavelmente para o bem-estar e avanço sociais”, ideia que silencia uma enorme gama de outras questões, como a de gênero, a do jogo político e financeiro envolvido na atividade científica, o próprio funcionamento da ciência, a avaliação entre pares, a necessidade de um alto grau de produtividade, as controvérsias acerca de resultados, as experiências que não deram certo, as questões éticas que envolvem o ofício. E estes são apenas alguns exemplos do que pode ser camuflado por um discurso triunfalista sobre a ciência – pretende estimular o senso crítico das pessoas, mas acaba por escondê-lo atrás da capa de legitimidade que cobre o conhecimento especializado que tanto o jornalista quanto o público não detém.

Há resquícios desta concepção tanto no *Pequeno Manual* de Vieira quanto no *Guia* da SciDev.Net (mais forte no primeiro que no último – principalmente quanto ao lugar da ciência e dos cientistas), no entanto, não escondem outras inserções sociais que principalmente cientistas e jornalistas precisam ter (o que acaba invariavelmente moldando o discurso deles) para se fazer ouvir pelo seu público (ou públicos, desde que admitem existir uma grande heterogeneidade entre eles): é preciso que cientistas saibam comunicar o que fazem porque existe um jogo de financiamentos e políticas em campo; jornalistas precisam saber tratar bem

de suas fontes para conseguir boas pautas e furos; tanto uns quanto outros têm seus interesses e precisam defendê-los.

A ciência não precisa ser estigmatizada para que a DC cumpra a sua pretensão de “neutralidade”, mas é necessário colocar em prática aquilo que Orlandi observa: é preciso colocar à mostra os mecanismos da ciência (contrapor a opinião de especialistas, contextualizar um fato histórica e socialmente) – o que importa não é se as pessoas sabem repetir a equivalência entre certas nomenclaturas, mas se têm consciência do potencial político que tais nomenclaturas e descobertas (ou o que seja) carregam em si e para quais interesses este potencial pode servir. E estas são questões que ainda precisam ser bastante trabalhadas e discutidas no âmbito da DC – e pode ser que a crítica acerca das prescrições dos manuais seja um bom ponto de partida para começar a mudar esta cultura da DC e subverter as normas rígidas que propõem.

5. Referências

AUTHIER-REVUZ, J. A Encenação da Comunicação no Discurso de Divulgação Científica. In: _____. *Palavras Incertas: As Não-Coincidências do Dizer*. Trad: Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1998

BENVENISTE, E. “O Homem na Língua”, in *Problemas de Lingüística Geral*. Trad. M. G. Novak e L. Neri. São Paulo: Companhia Editora Nacional, EDUSP, 1966 *apud* BRANDÃO, H. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012

BUCCHI, M., TRENCH, B. (orgs) *Handbook of Public Communication of Science and Technology*. London and New York: Routledge, 2008.

DICKINSON, D., KEATING, B., MASSARANI, L. (org.) *Guia de Divulgação Científica*. Rio de Janeiro: SciDev.Net, Brasília/DF: Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, 2004

ERBOLATO, M. Jornalismo Científico. In: _____. *Jornalismo Especializado*. São Paulo: Atlas, 1981

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual de Redação*. São Paulo: Publifolha, 2010. 14.ed

FOUCAULT, M. O que é um Autor? In: _____. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001

ORLANDI, E. *Análise de Discurso – Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2010. 9. ed. P. 21.

SILVA, T. D. A Língua na Escrita Jornalística. In: GUIMARÃES, E. (org) *Produção e Circulação do Conhecimento: Estado, Mídia e Sociedade*. São Paulo: Pontes, 2001

VIEIRA, C. L., *Pequeno Manual de Divulgação Científica*. Rio de Janeiro: Instituto Ciência Hoje, 2006. 3. ed